

## INTERPRETAÇÃO E PRÁTICA SOCIAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE LEITURA \*

Ludmila Fernanda Domingues Pereira (UNESP/São José do Rio Preto)  
Fernanda Correa Silveira Galli (UNESP/São José do Rio Preto)

**RESUMO:** A leitura tem sido um tema bastante recorrente em discursos que se movem em vários seguimentos da sociedade. Na verdade, vemos emergir uma relação paradoxal, pois: de um lado, campanhas publicitárias e algumas redes sociais apregoam um valor quantitativo para a leitura; de outro, pesquisas e instituições de ensino divulgam índices que caracterizam o povo brasileiro como um povo não muito afeito à leitura. Enquanto isso, temos a impressão de que nunca se leu tanto, dada a recorrência de usuários de celulares, *smartphones*, tablets, e outros, diante da leitura da/na tela. Pretendemos, neste artigo, discutir teoricamente a relação entre a Análise do Discurso de linha francesa, devido ao fato de considerar a leitura como um exercício de interpretação, empreendido por um sujeito sócio-historicamente constituído, e os Novos Estudos do Letramento, tomado em particular o letramento no sentido amplo devido à consideração de práticas de leitura não institucionalizadas. De nosso ponto de vista, essa discussão é de extrema relevância para se refletir sobre a questão da leitura em tempos de tecnologias digitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Análise do Discurso. Novos Estudos do Letramento.

### INTRODUÇÃO

A pluralidade de discursos sobre leitura que se movimentam e afluem dos mais diversos lugares sociais nos move a investigá-los tendo como aporte teórico a Análise do Discurso de linha francesa e os Novos Estudos do Letramento. No presente artigo<sup>1</sup>, intentamos proceder um recorte do referido assunto na forma de uma discussão teórica que sustenta nossa investigação. Para tanto, trabalhamos os pressupostos teóricos isoladamente e depois traçamos uma relação de intersecção entre eles. Essa interface se justifica porque sendo a Análise do Discurso de linha Francesa uma disciplina de cunho interpretativo e os Novos Estudos do Letramento possuidores de um caráter mais amplo e independente da leitura escolarizada, possivelmente podem ser ampliadas as possibilidades da leitura menos institucionalizada, mas nem por isso destituída da produção de sentidos como é a leitura em contexto digital.

---

\* XIII EVIDOSOL e X CILTEC-Online - junho/2016 - <http://evidosol.textolivre.org>

<sup>1</sup> Destacamos que a presente reflexão faz parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), da Universidade Estadual Paulista – UNESP, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli.

## 1 ANÁLISE DO DISCURSO: UMA DISCIPLINA INTERPRETATIVA

A Análise do Discurso de linha francesa, doravante denominada AD, observada do ponto de vista etimológico nos remete à ideia de percurso, de se deslocar por, de movimentar-se. Sobre seu objeto, Orlandi (1999) afirma que é o discurso e seu interesse é o estudo do funcionamento da língua para a produção de sentidos. Sendo assim, sua análise vai muito além de simples frases e se projeta em direção ao texto.

Porém, não podemos segregar os interesses desta teoria apenas nas dimensões linguísticas e nas estruturas materiais do texto, pois o próprio contexto do qual emergiu a aproxima da realidade histórica e social. A escola francesa de AD, segundo Ferreira (2003), formou-se nos anos 1960, em torno do grupo liderado por Michel Pêcheux, a partir da trilogia: Linguística, Marxismo e Psicanálise, representada por Saussure, Marx e Freud. Em outras palavras, significa dizer que de acordo com o que afirmam Pêcheux e Fuchs (citado por Brandão, 1986, p. 32) existe um quadro epistemológico geral da AD, que engloba três regiões do conhecimento:

1. O materialismo histórico como teoria das formações sociais e suas transformações;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
3. A teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.”

Esses três domínios disciplinares estão, de certo modo, atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Em razão dessa constituição de combinação de ciências tão distintas e, ao mesmo tempo complementares para o enfoque do objeto da AD, podemos dizer que se trata de uma disciplina de entremeio, que surgiu em um momento político conturbado, mas altamente propício para o surgimento de ideias tão efervescentes e modificadoras de paradigmas.

O contexto sociopolítico revolucionário na França do final dos anos de 1960, que culmina com Maio de 1968, é o cenário em que emergem as inquietudes e teorias de Pêcheux. O país vivencia momentos de insurreição popular, no qual acontecem greves gerais e rebeliões que atingem todas as camadas sociais e econômicas, ultrapassando barreiras culturais, étnicas, etárias. Elas começavam repentinamente com greves estudantis, alastravam-se pelas fábricas com mais de dez milhões de trabalhadores envolvidos e acabavam tão repentinamente quanto começavam, desencorajadas pelo Partido Comunista Francês, de orientação stalinista, sendo suprimidas pelo Governo. (SANTOS, 2013, p. 213-214).

Essa é a gênese da AD, uma frutífera combinação de fatores linguísticos, psicanalíticos, históricos e sociais que projetam o texto para muito além de suas dimensões materiais, ou seja, para a materialização de discursos em um constante movimento dos que já existem e de muitos outros que podem vir a ser. Desse modo:

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2003b, p.15).

O que permite essa constante movimentação de sentidos e história é o exercício de interpretação que revela a opacidade da linguagem para um sujeito que tem a ilusão de controlar os sentidos, mas que na verdade não o faz porque eles estão condicionados a determinado momento histórico. Dessa forma, a AD não entende o

sujeito como um mero decodificador, mas sim como produtor de sentidos, pois como já sinalizamos está condicionado a um momento histórico-social em relação ao texto, ou melhor, à linguagem, entendida como conjunto de regras partilhadas por uma comunidade cultural, determinante da produção do sentido. Isso, ao mesmo tempo, exime o texto da condição de único receptáculo do sentido, o qual é constituído pelos sujeitos pertencentes a um certo contexto sócio-histórico-ideológico, responsável pelas condições de produção. Dito de outro modo,

(...) não é o texto que determina as leituras, (...), mas o sujeito, não na acepção idealista de indivíduo uno, coerente, porque dotado de razão, como queria Descartes, graças à qual lhe é possível controlar conscientemente a linguagem e o sentido, mas 3 enquanto participante de uma determinada formação discursiva, sujeito clivado, heterogêneo, perpassado pelo inconsciente, no qual se inscreve o discurso. (CORACINI, 2002, p. 17-18).

Dessa forma, é possível dizer que a AD concebe a leitura, segundo Coracini (2002), como um processo discursivo vivido pelos sujeitos produtores de sentido, ou seja, o autor e o leitor, atravessados por ideologias e ocupantes de posição sócio-históricas distintas. Assim, o que determina como os sujeitos empreendem a leitura é o momento histórico-social como determinante dos comportamentos, das atitudes, da linguagem de um e de outro e a própria configuração do sentido.

## **2 OS NOVOS ESTUDOS DO LETRAMENTO: TEORIA DAS PRÁTICAS SOCIAIS**

Como vimos, o advento da AD trouxe uma noção de leitura de base mais interpretativa e menos estrutural. Sendo a leitura um exercício de interpretação, é natural que suas possibilidades se ampliaram para muito além da decodificação e se passaram a considerar outras formas de ler diferentes e até anteriores à leitura escolarizada. Pensar em leitura não institucionalizada pressupõe pensar o que se chama de leitura de mundo, ou seja, as práticas letradas que as pessoas já desempenham antes do ingresso escolar. A essa leitura não institucionalizada denomina-se letramento.

Segundo Tfouni (2006, p.30), “a necessidade de se começar a falar de letramento surgiu (...) da tomada de consciência que se deu (...) entre os linguistas de que havia alguma coisa além da alfabetização (...) que era mais ampla e até determinante.”. A autora, nesse ponto, ao traçar uma perspectiva histórica dos significados atribuídos à palavra letramento, entende que “letramento é um processo cuja natureza é sócio-histórica” (TFOUNI, 2006, p.31). Assim, o letramento está estreitamente ligado às práticas sociais de leitura que acontecem na vida do indivíduo muito antes da ida à maior agência de letramento: a escola.

Sobre como acontecem essas práticas sociais de leitura mais amplas e independentes das institucionalizadas, nos valem da seguinte afirmação de Kleiman que, de uma perspectiva de leitura distinta (Interacionismo) da qual assumimos (discursiva), salienta que:

(...) em instituições como a família, que são instituições que introduzem a criança no mundo da escrita com sucesso, são práticas coletivas, em que o conhecimento sobre a escrita é construído pela colaboração, numa relação quase que tutorial (a díade), ou pela participação em pequenos grupos, que discutem a melhor maneira de redigir uma carta, ou comentam e interpretam

coletivamente uma carta oficial, um texto de jornal. (KLEIMAN, 1995, p. 20).

Assim, podemos afirmar que letramento são práticas de leitura e escrita socialmente situadas. Porém, não se resume apenas à tarefa de aprender as habilidades de leitura e escrita ou utilizá-las socialmente. Na verdade, segundo Street (2014), trata-se de um processo altamente imbuído de ideologias confirmadoras das relações de hierarquia, de autoridade, de poder e de controle, especialmente no que se diz respeito ao modelo autônomo de letramento.

De caráter prescritivo e institucional, largamente utilizado pelas escolas, o modelo autônomo apregoa que com ele “o aluno está aprendendo modelos culturais de identidade e personalidade, não apenas a decodificar a escrita ou a escrever com determinada caligrafia” (STREET, 2014, p. 154). A crítica que o autor tece a esse modelo é a evidência de uma valorização do letramento escolarizado em relação à linguagem oral ou a outras formas de aquisição de leitura e escrita que não sejam por meio da pedagogia. 4 Em contrapartida ao modelo autônomo, Street (2014) nos apresenta o modelo ideológico de letramento, cuja proposição surge no sentido de tentar fazer com que o modelo autônomo não imponha sua identidade sobre as particularidades de leitura e escrita dos indivíduos, homogeneizando-as. Seu caráter mais descritivo e menos prescritivo atenta para a interação entre os sujeitos, valorizando suas práticas de leitura e escrita peculiares para então introduzir as institucionalizadas como se fosse uma outra alternativa e não uma imposição, como é típico das relações de poder.

Street (2014) nos chama a atenção para o fato de que o modelo autônomo também é ideológico, pois em suas entrelinhas revela a asserção de que a sociedade capitalista objetiva se eximir da culpa dos problemas do ensino da leitura e da escrita institucional, pois se esforça para desobrigar as instituições e culpar os indivíduos, que, se por acaso não alcançam um bom desenvolvimento social, é porque não completaram os estudos.

Nesse sentido, somos levados a nos mantermos atentos aos vários mitos que cercam a ideia de letramento, em especial ao que garante que o letramento autônomo é o caminho mais certo para a civilidade e a ascensão social. Pensado dessa forma, o letramento configura-se como mais um mecanismo de controle social e perde sua essência de consideração de muitas outras práticas de leitura e escrita.

### **3 AD E LETRAMENTO: ALGUNS PONTOS DE INTERSECÇÃO**

A aproximação que fazemos entre a AD e os Novos Estudos do Letramento explica-se pelo fato de que foi por meio desses estudos que fomos levados a entender que os sentidos não estão apenas no texto e que existem leituras além da institucionalizada, ou seja, feita na escola, na igreja, nas repartições jurídicas e nos meios de comunicação, ou melhor, nas esferas sociais das quais somos participantes cotidianamente.

O fato de esses dois pressupostos teóricos conferirem rigor científico à perspectiva de leitura que adotamos, a discursiva, converge para alguns mitos comuns entre a AD e os Novos Estudos do Letramento, que surgem talvez numa tentativa de refrear as quebras de paradigmas que a ascensão de ambos pode representar.

O que se diz sobre a leitura e sobre o leitor, assim como a maneira desse dizer, como bem constataram os autores, funciona de modo semelhante à produção e circulação de um “mito” cuja força encontra-se exatamente no poder de oferecer uma explicação simples, sintética, o que garante sua reiteração, a qual e essa, por sua vez, assevera sua força de verdade. Os dizeres sobre a leitura têm história e memória, logo, suas representações, apesar de variadas, podem ser condensadas em um número relativamente pequeno de “enunciáveis” sobre a leitura, como os que os autores destacam: prática redentora e transformadora da realidade e fonte de prazer e de ilustração. Sem dúvida, é esse consenso quanto ao poder da leitura que se encontra na origem da necessidade de promovê-la e se reforça e perpetua nas formas de sua promoção que se ocupam (...). (VARELLA; CURCINO, 2014, p. 340)

O caráter mítico que os discursos imprimem à leitura por meio da AD e dos Novos Estudos do Letramento se deve às ideias de leitura quantificada, ou seja, como se a quantidade lida fosse diretamente proporcional ao número de oportunidades de ascensão social. Essa correlação construída de maneira histórica e social de que a leitura leva o sujeito ao enobrecimento pode ser entendida como uma associação da projeção social da burguesia no século XVIII ao fato de ela ser uma classe social mais afeita à leitura. Entretanto, a essência mítica que um olhar menos científico observa pairar sobre AD e Novos Estudos do Letramento já foi posta em xeque por Street (2014) no item anterior, quando o autor critica a associação entre letramento autônomo e um maior grau de civilidade e relevância social.

Outro ponto de aproximação entre AD e Novos Estudos do Letramento que podemos destacar se faz presente em um dos três modelos de abordagem de leitura e escrita defendidos por Lea e Street (2014). Segundo os autores, o primeiro deles enfoca leitura e escrita como habilidades individuais e cognitivas, o que remete a uma perspectiva estruturalista. Em seguida, o segundo modelo surge ancorado à Teoria do Gênero, pois admite a interação em práticas de letramentos em discursos disciplinares e acadêmicos. Já o terceiro modelo superpõe os outros dois porque observa o letramento sob a ótica da produção de sentidos, considerando identidades, poder, instituições e autoridade, o que o caracteriza como discursivo.

Além das aproximações entre AD e Novos Estudos do Letramento, encontramos um ponto de distanciamento entre essas teorias. Embora não integre o objetivo central desta discussão, cremos ser necessário apresentá-lo na forma de um ligeiro adendo. O ponto de afastamento entre ambas as teorias diz respeito à forma como cada uma caracteriza o sujeito: enquanto a AD o individualiza como discursivo, para os Novos Estudos do Letramento ele é etnográfico.

Assim, segundo Correa (2011, p. 341):

(...) o limite entre as perspectivas etnográfica e discursiva trata-se da oposição entre unicidade/não unicidade do sujeito. A unicidade dos sujeitos empíricos que ouvem e fazem ouvir, frequentemente assimiladas a uma identidade social, só aparece, de fato, como produtora de sentidos quando assume um papel no enunciado, no texto ou no discurso, mas, já aí, para dar vez a uma multiplicidade de vozes.

O autor segue afirmando que, preocupados com a produção de sentidos no enunciado, no texto e no discurso, vários autores deram contribuições importantes para esse novo pensar sobre o sujeito, entre eles Pêcheux (1988 e 1990), para quem o sujeito, cuja singularidade está ligada a uma história de sentidos que lhe oferece um lugar do qual enuncia, mas que lhe rouba a unicidade da voz presente no sujeito etnográfico.

O sujeito, independentemente se o enfocamos sob a perspectiva etnográfica ou discursiva, é atuante na produção das primícias culturais, em especial da emergência da cultura das tecnologias digitais. Sendo assim, é natural que os Novos Estudos do Letramento, dado ao seu sentido amplo e a AD, em razão de seu caráter interpretativo, sejam também colocados em interface a fim de tentar entender a leitura nesse emergente contexto digital sob um olhar menos simplista que a considera menos legitimada do que o livro tradicional.

É claro que não é desejável que cometamos equívocos como pensar que a leitura no contexto digital é a revolução das revoluções, como bem já nos assinalou Chartier (1999), quando afirma que a História já viu outras revoluções de leitura anteriores e que se trata mais de uma mudança no suporte do que no próprio processo de ler em si. Na verdade, acreditamos que o necessário é repensarmos a leitura em meios midiáticos e incorporarmos a essa reflexão a seriedade e a inovação que lhe deveriam constituir, retirando-a do caráter simplista e limitado em que muitas vezes se configura. Isso significa desenvolver mais criticidade nas pessoas, a fim de que elas possam reconhecer a relevância da leitura para além das dimensões físicas da escola e da mera decodificação.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. N. (1986). *Introdução à análise do discurso* (5a. ed.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CORACINI, M. J. (org.) *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 2002. p. 13-20.

CORRÊA, M. L. G. *As perspectivas etnográficas e discursiva no ensino da escrita: o exemplo de textos de pré-universitários*. Revista da ABRALIN, v. eletrônico, n. especial, 2. parte, p. 333 – 356, 2011

FERREIRA, M. C. L. *Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *A leitura e os leitores*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

LEA, M.; STREET, B.V. *O modelo de “letramentos acadêmicos”*: teoria e aplicações. Trad.: Fabiana Komesu; Adriana Fischer. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 16, n. 2, p. 477-496, jul./dez. 2014.

ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003b.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas (SP): Ed. UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1990. p. 61-87.

SANTOS, S.S.B. Pêcheux. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

STREET, B. *Letramentos Sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240 p.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

VARELLA, S. G.; CURCINO, L. *Discursos sobre a leitura: uma análise de vídeo-campanhas em prol dessa prática*. *Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 10 - n. 2 - p. 337-354 - jul./dez. 2014